



EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026
(Processo Administrativo nº 05470/2026)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através da sua Agente de Contratação a Sra. **ERIVANA BRAGA DE SOUZA**, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica, tipo **MENOR PREÇO, SOB EMPREITADA POR PREÇOS GLOBAL** cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PLANO DE TRABALHO, PROJETOS DE ENGENHARIA E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, VINCULADOS AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 986877/2025/MESP/CAIXA (NOVO PAC), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00n do dia 27/05/2026;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Agente de Contratação responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Consórcio

3.5.1 Será permitida a participação de consórcios para contratação em pauta, desde que sejam atendidas as condicionantes previstas no art 15 da Lei 14.133/21.

3.5.2 Na presente contratação, cabe participação de empresas em consórcio, uma vez que o escopo versa de prestação de serviço da engenharia civil, com fornecimento de equipamentos específicos, mão de obra qualificada e serviços diversos, que demandam de logística para mobilização, transporte, guarda e consumo.

3.5.3 O escopo da pretensa contratação em pauta, embora não caracterizada como metodologia de elevada complexidade executiva, admite operacionalidade conjunta e/ou individualmente a diversas empresas de construção civil do mercado local, regional e nacional.

3.5.4 Os consórcios são aglomerados característicos para determinadas atividades, como por exemplo execução de grandes obras de engenharia; atuação no mercado de capitais; acordos exploratórios de serviços de transporte; exploração de atividades minerais e correlatas; atividades de pesquisa ou absorção de tecnologia; e grandes licitações públicas

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.9. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;



3.6.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

3.6.11 Cooperativa

3.11.1 Não será permitida, na presente licitação, a participação de arranjos cooperativistas, uma vez que o escopo em pauta rege prestação de serviços para engenharia civil.

3.11.2 O conceito de cooperativa versa como arranjo profissional de mão de obra visando um bem comum, com coparticipação de todos os associados. Neste sentido, o escopo em pauta, visa contratação de prestação de diversas frentes de serviços.

3.11.3 Não cabe contratação isolada das etapas executivas. A fragmentação do contrato acarretaria atrasos e descontinuidade ao objetivo do plano de ações da secretaria. Logo, torna-se inconsistente a contratação individual de insumos como mão de obra técnica qualificada.

3.11.4.4 No entanto, a empresa que assinar contrato com a Administração, poderá contratar cooperativas como mão de obra de apoio e também como subcontratada, desde que em atendimento ao subitem 4.6 do TR.

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar desta Concorrência Eletrônica, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Concorrência Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4.6 Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar desta Concorrência Eletrônica, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência.

4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

4.11 O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1 Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhado do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.3.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.4 A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



5.5 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pela Agente de Contratação no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Agente de Contratação classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.



6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.

6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Agente de Contratação, sujeitando-se a licitante às penalidades.

6.11 Será adotado para o envio de lances na Concorrência eletrônica o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.13 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.2. Nas condições do subitem anterior, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) relativamente à melhor proposta ou melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados após a comunicação automática para tanto.

7.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado de que trata a Lei Complementar nº 123, de 2006, que se encontrem naquela faixa de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5. No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nas faixas estabelecidas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.6.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.6.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá à Agente de Contratação verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.



9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, a Agente de Contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de 02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Agente de Contratação no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pela Agente de Contratação quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2.A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pela Agente de Contratação a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 A Proposta Comercial deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao escopo, não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos. A Proposta Financeira deverá constar de todos os elementos técnicos necessários a formatação da proposta em todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha Estimativa de Quantidades e Preços (ANEXO III "a"), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela contratante.

- O valor global e os valores unitários da proposta não poderão superar o orçamento estimado pela Administração Pública. (art. 59 da Lei 14.133/21).
- Menor preço global classificado.
- Declaração de aceite total as condições do Edital e seus anexos.
- Apresentação de todos os elementos técnicos que comporam o preço ofertado e a proposta comercial como um todo (planilhas de formações de preços).

10.2 Critérios de aceitabilidade de preços:

10.2.1 Ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será abaixo dos valores unitários estimados para a contratação.



10.2.2 No regime empreitada por preço global, cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração. (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

10.2.3 Sendo aceita a proposta classificada em primeiro lugar, após o julgamento da proposta por critério MENOR PREÇO GLOBAL, será verificado o atendimento das condições habilitarias pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas em Edital.

10.3 Vistoria

10.3.1 Os licitantes poderão visitar o local onde será executada a obra, locais dos serviços e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias corridos antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da contratação, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e consequentemente ao fiel cumprimento do contrato.

10.3.2 É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

10.3.3 Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

10.3.4 A visita ao local onde serão executadas as obras/serviços, deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por telefone ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas:

- Endereço: Rua Doutor Gerino de Souza Filho, nº3295, Estrada do Trabalhador – CEP 42.700-210 - Lauro de Freitas/Ba.
- Coordenação de Infraestrutura: Eng. Leon Franco.

10.3.5 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.3.6 O Atestado de Visita Técnica ou a Declaração de Vistoria técnica (anexo II deste TR), deverá compor o envelope de Habilitação, sob pena de inabilitação, caso os mesmos não sejam apresentados.

10.3.7 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus das consequências.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 A Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.



11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

- 11.2.1. conter vícios insanáveis;
- 11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas apresentadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.4.2 A licitante poderá ser convocada a demonstrar a composição de seus preços, inclusive mediante apresentação de planilhas detalhadas de custos, documentos comprobatórios e justificativas técnicas.

11.4.3 A não comprovação da exequibilidade da proposta poderá ensejar sua desclassificação.

11.5. Além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

11.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

12.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação da Agente no sistema.



12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até 02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Agente de Contratação no sistema.

12.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

12.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

12.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 16.3. deste edital.

12.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

12.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

12.8.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.8.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.8.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.8.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.8.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

12.8.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.8.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.9 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



12.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

12.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.9.7 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.9.8 Caso a licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.9.9 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

12.9.10 A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

12.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG do último exercício social iguais ou superiores a 1,00, conforme segue:

- O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
- O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILC = AC / PC$



- O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ISG = AT/PC + ELP$
- Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço do último exercício financeiro, e discriminados conforme a seguir:

ILG = Índice de Liquidez Geral

ILC = Índice de Liquidez Corrente

ISG = Índice de Solvência Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante

12.11 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

12.11.1 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

12.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Lei nº 14.133, de 2021, art. 67).

12.12.1 Registro ou inscrição da licitante e do responsável técnico na entidade profissional competente, quando for o caso; da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto da licitação.

12.12.2 Comprovação de capacidade técnico-operacional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

- Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



- Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

12.12.3 Comprovação de capacidade técnico-profissional: apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devidamente emitido por entidade profissional competente, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.

- O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- Indicação de que o licitante dispõe compromisso de ENGENHEIRO CIVIL, ou outra qualificação compatível, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- Admite-se, para comprovação do compromisso profissional, uma das seguintes modalidades:
 - a) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
 - b) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
 - c) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes
 - d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora do certame.
 - e) Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
 - f) Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
 - g) Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.
 - h) Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
 - i) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Disposto no anexo II, deste TR.
 - j) Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

12.13 OUTROS DOCUMENTOS

12.13.1 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



13. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

13.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, a Agente de Contratação poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

13.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

13.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

13.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 17.2.

13.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

13.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

13.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

13.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

13.4.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

13.4.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

13.4.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

13.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.



13.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação a Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

14. DOS RECURSOS

14.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

14.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

14.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

14.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

14.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

14.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos à Agente de Contratação, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

14.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

14.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

14.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

14.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

14.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.



14.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

14.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

15. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as diretrizes técnicas, operacionais e normativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como nos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais peças que o integram, garantindo a adequada implantação do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Lauro de Freitas/BA.

O modelo de execução contratual está estruturado de modo a assegurar a organização lógica das etapas construtivas, a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro, bem como o controle eficiente por parte da Administração, permitindo o acompanhamento contínuo da evolução da obra e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Deverão ser observadas as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, além das condições locais de intervenção, garantindo a qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade do equipamento público a ser implantado, bem como a minimização de impactos à população do entorno.

15.1 Prazo para início da execução:

15.1.1 A execução dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato, devendo a contratada iniciar as atividades em prazo compatível com a mobilização de equipe, equipamentos e insumos necessários à plena execução do objeto.

15.2 Prazo mínimo para preparação do contratado:

15.2.1 O prazo para início da execução deverá considerar o tempo necessário para mobilização do canteiro de obras, instalação de estruturas provisórias, alocação de recursos humanos e materiais, bem como verificação das condições locais, de modo a assegurar o adequado planejamento e organização dos serviços.

15.3 Métodos e etapas de execução:

15.3.1 A execução deverá seguir metodologia construtiva compatível com a natureza da obra, observando sequência lógica e integrada das etapas, compreendendo, no mínimo: serviços preliminares e mobilização; terraplenagem e regularização do terreno; implantação do sistema de drenagem; execução da base e sub-base do campo; instalação da grama sintética; implantação de alambrado e estruturas de proteção; execução do sistema de iluminação esportiva; urbanização do entorno; e serviços finais de acabamento, limpeza e desmobilização.



15.4 Localidade e horário de execução:

15.4.1 Os serviços serão executados no Município de Lauro de Freitas/BA, no endereço: Rua Maria José Pereira, Jardim Cidade Nova, Lauro de Freitas - BA, CEP: 42700-000, com coordenadas geográficas aproximadas de Latitude: -12.892097 e Longitude: -38.347354, no sistema de referência WGS 84, devendo ocorrer em horários compatíveis com a legislação municipal e as condições operacionais da obra, podendo ser ajustados mediante autorização da fiscalização, visando minimizar impactos à comunidade local.

15.5 Rotinas, frequência e periodicidade dos serviços:

15.5.1 A execução deverá ocorrer de forma contínua, com frentes de serviço organizadas conforme o cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada evolução das etapas e o cumprimento dos prazos estabelecidos, observando-se a compatibilidade entre as atividades executadas.

15.6 Procedimentos, metodologias e tecnologias empregadas:

15.6.1 Deverão ser adotados procedimentos e metodologias compatíveis com as boas práticas de engenharia, garantindo a adequada execução das etapas construtivas e o desempenho do objeto ao longo de seu ciclo de vida, incluindo, entre outros, o controle tecnológico dos materiais, a execução adequada das camadas estruturais do campo, a correta implantação dos sistemas de drenagem e de iluminação, bem como o atendimento às normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis.

15.6.2 A contratada deverá implementar rotinas de controle de qualidade compatíveis com a natureza dos serviços executados, responsabilizando-se pela realização de ensaios tecnológicos, verificações de desempenho e demais procedimentos necessários à comprovação da conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.

15.6.3 Para fins de acompanhamento e fiscalização, deverão ser apresentados relatórios de controle tecnológico, sempre que aplicável, contemplando, no mínimo, resultados de ensaios, certificados de qualidade dos materiais, rastreabilidade dos insumos utilizados e registros das etapas executivas, os quais deverão estar compatíveis com as especificações técnicas previstas no projeto e neste Termo de Referência.

15.6.4 A apresentação desses relatórios constitui condição para validação dos serviços executados pela fiscalização, podendo ser exigida como requisito para fins de medição e pagamento, sem prejuízo da realização de verificações independentes pela Administração, quando julgar necessário.

15.7 Deveres e disciplina na execução:

15.7.1 A contratada deverá manter equipe técnica qualificada durante toda a execução, com responsável técnico devidamente habilitado, cumprir as normas de segurança do trabalho, garantir a adequada sinalização da obra, preservar a integridade de terceiros e responder pela qualidade e regularidade dos serviços executados.

15.8 Cronograma de execução:

15.8.1 A execução dos serviços deverá observar cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela Administração, contemplando todas as etapas relevantes da obra, com definição de prazos e interdependência entre atividades, servindo como base para o acompanhamento da execução e para a medição dos serviços.

15.9 Demais especificações necessárias:



15.9.1 A execução deverá atender integralmente aos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes deste Termo de Referência, sendo vedada a realização de serviços em desconformidade, cabendo à contratada a correção de eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização.

16. DOS PRAZOS

16.1. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

16.2 O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, compreendendo, além do período de execução, o acréscimo de 02 (dois) meses destinado às etapas administrativas e técnicas necessárias à adequada conclusão do objeto, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021

17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos serviços deverão observar rigorosamente os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, estando condicionados à efetiva execução do objeto, à conformidade dos serviços com as especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, bem como ao cumprimento das obrigações legais e administrativas por parte da contratada.

O processo de medição constitui instrumento fundamental para o acompanhamento da execução contratual, devendo ser realizado de forma sistemática, com base em critérios técnicos, registros formais e evidências documentais que assegurem a rastreabilidade dos serviços executados e a adequada verificação do atendimento às condições pactuadas.

O pagamento, por sua vez, estará vinculado à validação dos serviços pela fiscalização, ao cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, observando-se as disposições legais aplicáveis e os procedimentos de liquidação da despesa no âmbito da Administração Pública. Dessa forma, os critérios de medição e pagamento a seguir estabelecidos têm por finalidade garantir a adequada correspondência entre os serviços efetivamente executados e os valores pagos, assegurando a eficiência, a transparência e o controle na execução do contrato.

17.1 Os serviços executados serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, ao final de cada período de medição, juntamente com a apresentação do Boletim de Medição e da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada.

17.2 Administração Local

17.2.1 A Administração Local compreende os custos indiretos necessários à execução da obra, incluindo equipe técnica, supervisão, apoio administrativo, instalações provisórias e demais itens previstos na planilha orçamentária.

17.2.2 A medição e o pagamento da Administração Local serão realizados de forma proporcional ao avanço físico da obra, vedada sua remuneração fixa, antecipada ou desvinculada da execução do objeto. O percentual a ser pago em cada medição corresponderá ao percentual de execução física acumulada da obra, apurado com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. O cálculo observará a aplicação do percentual de avanço físico acumulado sobre o valor total previsto para Administração Local.



17.2.3 Em caso de atraso, paralisação ou execução inferior ao previsto, o pagamento será ajustado proporcionalmente à execução efetiva, não sendo devido pagamento por períodos sem evolução física. O pagamento da Administração Local está condicionado à aprovação da medição global da obra, sendo vedado pagamento isolado deste item.

17.3 Canteiro de Obra

17.3.1 O item “Canteiro de Obras” compreende os custos relativos à mobilização, instalação, manutenção e operação das estruturas provisórias necessárias à execução do empreendimento, incluindo barracões, instalações sanitárias, ligações provisórias, sinalização e demais estruturas de apoio previstas na planilha orçamentária.

17.3.2 A medição e o pagamento do Canteiro de Obras serão realizados de forma integralmente proporcional ao avanço físico da obra, vedado o pagamento antecipado ou dissociado da execução dos serviços, de modo a assegurar a correspondência entre o desembolso financeiro e a efetiva utilização das estruturas ao longo da execução contratual.

17.3.3 A medição será realizada mensalmente com base no avanço físico acumulado da obra, apurado a partir do cronograma físico-financeiro aprovado, conforme a seguinte fórmula: $\text{Medição do período (\%)} = (\text{avanço físico acumulado no período} - \text{avanço físico acumulado anterior})$, aplicada sobre o valor total do item.

17.3.4 O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva instalação, manutenção e funcionamento do canteiro, mediante registro fotográfico e atesto da fiscalização, bem como à compatibilidade entre o avanço físico executado e o previsto no cronograma aprovado.

17.3.5 Não será admitida medição em períodos de paralisação injustificada ou execução incompatível com o planejamento, devendo, em caso de atraso imputável à contratada, a medição refletir estritamente o avanço físico efetivamente realizado.

17.3.6 Tal sistemática assegura a vinculação do pagamento ao desempenho contratual, em observância aos princípios da eficiência, proporcionalidade e razoabilidade, evitando desembolsos antecipados sem a correspondente contraprestação.

17.4 As built.

17.4.1 Os documentos “as built” compreendem o conjunto de projetos, desenhos, memoriais e demais elementos técnicos atualizados, que refletem fielmente as condições reais da obra executada, contemplando todas as alterações, ajustes e adequações ocorridas durante a execução dos serviços, devendo estar compatíveis com os serviços efetivamente medidos e aprovados pela fiscalização.

17.4.2 A liberação da parcela residual dos valores referentes à Administração Local ficará condicionada à entrega dos projetos “as built” da obra, devidamente atualizados, compatíveis com os serviços executados e aprovados pela fiscalização.

17.4.3 Para fins contratuais, fica estabelecida a retenção de 10% (dez por cento) do valor da Administração Local, a ser liberada exclusivamente após a entrega definitiva e aprovação da documentação técnica final (“as built”), a qual deverá refletir fielmente as condições reais da obra executada. Tal retenção fundamenta-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando a relevância desses documentos para o recebimento definitivo do objeto, não comprometendo o fluxo financeiro da execução contratual e mostrando-se suficiente para garantir o cumprimento dessa obrigação. A apresentação e aprovação dos documentos “as built” constituem requisito indispensável para o recebimento definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo essenciais à verificação da conformidade da execução, à adequada fiscalização contratual e à futura operação e manutenção do empreendimento.



17.5 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada, bem como quando não atenderem às normas técnicas aplicáveis, às boas práticas de engenharia ou aos critérios de qualidade e desempenho exigidos, devendo ser observadas, no que couber, as diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**.

A rejeição poderá ocorrer, dentre outras hipóteses, nos casos de execução inadequada dos serviços, falhas nos métodos construtivos adotados, utilização de materiais em desconformidade com as especificações técnicas ou ausência de comprovação de controle tecnológico dos serviços executados, conforme apurado pela fiscalização e devidamente registrado em relatório circunstanciado.

Nessas hipóteses, a contratada deverá promover, às suas expensas, o refazimento, correção ou adequação dos serviços apontados pela fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação formal, podendo esse prazo ser ajustado pela fiscalização, de forma devidamente justificada, em razão da natureza e complexidade do serviço a ser corrigido, restabelecendo integralmente as condições de qualidade e conformidade exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

17.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade dos serviços executados quanto à qualidade, quantidade e atendimento às especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, mediante emissão de termo circunstanciado.

17.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, mediante justificativa técnica formal, quando houver necessidade de realização de diligências, inspeções complementares, verificação de desempenho, análise de documentação técnica ou quaisquer outras providências necessárias à adequada aferição do atendimento das exigências contratuais.

17.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração promover a apuração dos fatos e a devida formalização das divergências. Nessas hipóteses, a contratada será formalmente comunicada para emissão de Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente referente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento, sem prejuízo da análise e solução das pendências relativas à parcela controvertida.

17.9 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução dos serviços ou para o saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.

17.10 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

17.11 Recebida a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa formal da Administração.



17.11.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contempla os elementos necessários e essenciais à comprovação da execução dos serviços, devendo estar devidamente compatível com a medição realizada, atestada pela fiscalização e acompanhada dos registros formais e evidências documentais pertinentes, em observância às diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar, compatível com a medição realizada;
- a referência ao Boletim de Medição correspondente;
- a identificação da etapa ou dos serviços executados; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive inconsistências entre os valores faturados e a medição realizada, ausência de documentação comprobatória ou inconformidades na execução dos serviços, a liquidação ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

17.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

17.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

17.19 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa e do atesto da execução dos serviços pela fiscalização.



17.20 No caso de atraso de pagamento por parte da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV)**.

17.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

17.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.23.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. DAS OBRIGAÇÕES

18.1 DA CONTRATADA

- a) Assumir a responsabilidade e o ônus com todas as operações de carga, transporte e descarga dos insumos, deslocamentos da mão de obra especializada, bem como quanto aos equipamentos/instrumentos e demais, como combustíveis e manutenção;
- b) Manter à frente dos serviços um representante qualificado com autoridade para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE para resolver problemas referentes ao contrato;
- c) Substituir, no prazo máximo de 24 horas, qualquer material que não estejam adequados às especificações.
- d) Permitir e facilitar o acesso da CONTRATANTE para inspecionar as jazidas em qualquer dia ou hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- e) Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Prestação de serviço que será desenvolvido de forma regular, planejado e programado, para realizar os serviços descritos, diante de acordo com o estabelecido no Cronograma de Serviços, aprovado pelo CONTRATANTE, nos termos do contrato.

18.2 DA CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.



- b) Rejeitar no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.
- c) Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos materiais.
- d) Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do fornecimento dos materiais.
- e) Dar instruções específicas no que diz respeito às atividades da CONTRATANTE, onde haja envolvimento de empregados da CONTRATADA.
- f) Elaborar e emitir as Autorizações de Fornecimento de Materiais.
- g) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.
- h) Comunicar todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do contrato e exigir as devidas providências que demandem da CONTRATADA

19. DAS PENALIDADES

19.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:



- (1)** moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
- (2)** multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- (3)** compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

19.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

19.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

19.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

19.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

19.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

19.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para a Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

19.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

19.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

19.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



20. DO VALOR

20.1 O valor estimado da contratação é de **R\$ 2.014.778,27 (dois milhão, quatorze mil, setecentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos)**,

21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

21.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| Indicação da Dotação Orçamentária | | |
|--------------------------------------|------------------|---|
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | NOMENCLATURA |
| ÓRGÃO | 19 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| UNIDADE | 1901 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| PROJETO / ATIVIDADE | 1 | Investimento |
| DOTAÇÃO | 15.451.0018.1102 | Construção de Equipamentos Esportivos |
| FUNÇÃO | 27 | Desporto e Lazer |
| SUBFUNÇÃO | 812 | Desporto Comunitário |
| SUBELEMENTO / NATUREZA DA DESPESA | 44905100 | Obras e Instalações |
| FONTES DE RECURSOS | 15000000 | <ul style="list-style-type: none">Meta 01 (convênio) = R\$ 1.462.500,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais) - 17000000: Outras transferências de convênios ou Instrumentos Congêneres da UniãoMeta 02 (recursos próprios) = R\$ 552.278,27 (quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos) - 15000000: Recursos não vinculados de impostos |
| PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: | 06 (seis) meses. | |

22. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

22.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

22.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.



23. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

23.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

23.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

23.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

23.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

23.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

23.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

23.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

23.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

23.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

23.9 Garantia Contratual

23.9.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme regras previstas nesse.

23.9.2 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação.

23.9.3 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

23.9.4 As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.



24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação - anexo IV deste TR;
- b) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- c) será vedada a subcontratação total do objeto;
- d) em caso ocorra à subcontratação citado no subitem 8.4.1, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- e) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto a contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- f) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam como funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município;
- g) os documentos de habilitação da pretensa subcontratada, deverão ser submetidos à administração visando anuência.

25. DO REAJUSTE

25. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

26. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

26.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

26.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

26.3 Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – ANEXO V deste TR.

26.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

26.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

26.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

26.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



26.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

26.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

26.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

26.9 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, será realizada pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.

26.10 A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange as medições mensais, relatórios/notas & pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

27. SUSTENTABILIDADE

27.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis):

27.2 Análise do ciclo de vida dos insumos utilizados, para determinar a vantajosidade econômica da intervenção.

27.3 Utilização de insumos com menor impacto ambiental negativo, utilização racional, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais e a redução de resíduos.

28. DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

28.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

28.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

28.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Agente de Contratação.

29. FORO

29.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

30. ANEXOS DO EDITAL

30.1 Fazem parte integrante deste Edital:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

| | |
|-----------|--|
| ANEXO I | TERMO DE REFERÊNCIA |
| ANEXO II | DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA |
| ANEXO III | DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO |
| ANEXO IV | DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO |
| ANEXO V | MINUTA DO CONTRATO |

30.2 – Este Edital contém 67 (sessenta e sete) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 10 de abril de 2026.

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR – LEI 14.133/21¹

Processo Administrativo nº05470/2026.

1. OBJETO

1.1. - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº14.133/2021).

1.2. A presente contratação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PLANO DE TRABALHO, PROJETOS DE ENGENHARIA E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, VINCULADOS AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 986877/2025/MESP/CAIXA (NOVO PAC)**, compreendendo a execução integral dos serviços necessários à construção do equipamento público, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e todos os insumos necessários, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e em seus anexos.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT | VALOR UNITÁRIO 1 | VALOR TOTAL R\$ |
|------|---|---------|-------|---------------------|--------------------|
| 1 | Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à implantação de Espaço Esportivo Comunitário no município de Lauro de Freitas/BA. | UND | 1 | R\$ 2.014.778,27 | R\$ 2.014.778,27 |

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, tratando-se de serviços de engenharia, nos termos do Decreto Municipal nº 5.040, de 15 de junho de 2022, art. 2º, inciso III, alínea “c”, considerando ainda a característica de perecibilidade dos elementos envolvidos, sujeitos a modificações físicas e deterioração ao longo do tempo. A solução proposta contempla a implantação de complexo esportivo e de lazer, composto por campo de futebol society com grama sintética, meia quadra de basquete, playground, pista de caminhada, áreas de convivência, sistema de drenagem, instalações elétricas e de iluminação, alambrado, mobiliário urbano e demais estruturas necessárias ao pleno funcionamento do equipamento público, em conformidade com os projetos de engenharia aprovados.

1.4. A execução do objeto deverá observar integralmente os projetos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo administrativo, bem como as normas técnicas aplicáveis, em especial as da ABNT, e as diretrizes estabelecidas no Termo de Compromisso nº 986877/2025/MESP/CAIXA, no âmbito do Novo PAC.

1.5. O objeto da presente contratação enquadra-se como obra de engenharia, de natureza não continuada, a ser executada por escopo, por compreender a implantação de complexo esportivo com múltiplas disciplinas, tais como drenagem, instalações elétricas, urbanização e implantação de equipamentos, demandando conhecimento técnico especializado e a devida responsabilidade técnica por profissional legalmente habilitado.



- 1.6. A contratação não se caracteriza como regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que se destina à entrega de resultado físico previamente definido, cabendo à contratada a integral gestão de seus recursos humanos, materiais e equipamentos necessários à adequada execução do objeto.
- 1.7. O regime de execução adotado será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, com remuneração vinculada às medições dos serviços efetivamente executados, conforme projetos, especificações técnicas e planilhas orçamentárias, observando-se os princípios da eficiência, economicidade e controle, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 1.8. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.
- 1.9. O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, compreendendo, além do período de execução, o acréscimo de 02 (dois) meses destinado às etapas administrativas e técnicas necessárias à adequada conclusão do objeto, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.10. O acréscimo justifica-se para permitir:
- I. a realização do recebimento provisório e definitivo dos serviços;
 - II. a verificação final da conformidade técnica da obra executada;
 - III. a correção de eventuais pendências ou ajustes finais identificados pela fiscalização;
 - IV. o processamento das medições finais, liquidação da despesa e pagamento;
 - V. a formalização do encerramento regular do contrato, sem prejuízo à Administração.
- 1.11. O custo estimado da contratação é de R\$ 2.014.778,27 (dois milhões, quatorze mil, setecentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos) conforme custos unitários expostos em Planilha Estimativa de Quantidades e Preços – anexo deste TR.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de implantação de infraestrutura pública destinada ao esporte, lazer e convivência comunitária no Município de Lauro de Freitas/BA, em resposta à insuficiência de equipamentos públicos adequados para a prática de atividades físicas e recreativas. Tal carência compromete o atendimento a direitos sociais fundamentais, especialmente aqueles relacionados à saúde, ao lazer e à qualidade de vida, impactando diretamente o desenvolvimento social da população, em especial de crianças, jovens e idosos.
- 2.2. Nesse contexto, a implantação de Espaço Esportivo Comunitário configura-se como medida estratégica para promoção da inclusão social, incentivo à adoção de hábitos de vida saudáveis, fortalecimento dos vínculos comunitários e qualificação do uso do espaço urbano, em consonância com as diretrizes de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e social.
- 2.3. A necessidade da contratação encontra respaldo no planejamento administrativo previamente realizado, consubstanciado no Estudo Técnico Preliminar, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis, restando demonstrada a viabilidade técnica, operacional e econômica da solução adotada, bem como sua adequação ao interesse público.
- 2.4. Destaca-se que a execução do objeto está vinculada ao Termo de Compromisso nº 986877/2025/MESP/CAIXA, celebrado no âmbito do Novo PAC, o que impõe a observância das diretrizes técnicas, financeiras e operacionais estabelecidas pelos órgãos concedentes, especialmente quanto à execução, acompanhamento e prestação de contas do objeto pactuado.



2.5. Os recursos destinados à execução da obra são provenientes da União, por meio do referido Termo de Compromisso, sendo complementados por recursos próprios do Município, com o objetivo de assegurar a execução integral do empreendimento. Tal medida visa garantir a plena funcionalidade do equipamento público, evitando a supressão de etapas, prejuízo à qualidade da obra ou comprometimento dos padrões técnicos estabelecidos nos projetos de engenharia.

2.6. A solução proposta consiste na construção de equipamento público padronizado, com base em projeto de engenharia previamente aprovado, contemplando estruturas esportivas e de lazer integradas, ampliando o acesso da população a espaços públicos adequados para convivência social e prática esportiva.

2.7. A contratação, portanto, encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, notadamente em seus arts. 5º, 11 e 18, ao adotar solução previamente estudada, tecnicamente adequada e compatível com a capacidade administrativa do ente público.

2.8. Dessa forma, evidencia-se que a contratação é necessária, adequada e plenamente alinhada ao interesse público, constituindo medida essencial para a implementação de política pública voltada à promoção do esporte, lazer e qualidade de vida no âmbito municipal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia destinadas à construção de Espaço Esportivo Comunitário no Município de Lauro de Freitas/BA, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no Plano de Trabalho, projetos de engenharia e planilhas orçamentárias, vinculados ao Termo de Compromisso nº 986877/2025/MESP/CAIXA (Novo PAC), compreendendo o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos e insumos necessários à plena execução do objeto. O empreendimento contempla a construção de equipamento público padronizado, estruturado para atender às demandas de esporte, lazer e convivência comunitária, incluindo, dentre outros elementos, campo de futebol society com grama sintética, meia quadra de basquete, playground, pista de caminhada, áreas de convivência, sistema de drenagem, instalações elétricas e de iluminação, alambrado e demais estruturas complementares indispensáveis ao adequado funcionamento do espaço.

3.2. A execução da solução será realizada com base em projeto de engenharia previamente elaborado e aprovado, composto por memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro, os quais definem de forma detalhada os serviços a serem executados, os materiais a serem empregados e os padrões de qualidade exigidos. A escolha da solução decorre de análise técnica realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, no qual foram avaliadas as alternativas disponíveis, sendo adotada aquela que apresentou a melhor relação entre custo, benefício, viabilidade técnica e atendimento ao interesse público.

3.3. A execução deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as diretrizes estabelecidas no Termo de Compromisso nº 986877/2025/MESP/CAIXA, garantindo a conformidade técnica, a qualidade construtiva e a adequada aplicação dos recursos públicos. As soluções construtivas adotadas priorizam a utilização de materiais que apresentem desempenho adequado, durabilidade e facilidade de manutenção, contribuindo para a ampliação da vida útil do equipamento público e para a redução de custos operacionais futuros.

3.4. Embora não integre o escopo contratual a execução de serviços contínuos de manutenção, a solução foi concebida de modo a possibilitar a adequada operação do equipamento após sua entrega, observando critérios de segurança, acessibilidade e funcionalidade. A execução da obra deverá ocorrer de forma integrada e contínua, em



conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, sendo a contratada responsável pela correta aplicação das técnicas construtivas, pela qualidade dos serviços executados e pelo atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas.

3.5. Adicionalmente, a solução contempla a adoção de boas práticas de engenharia, segurança do trabalho e responsabilidade ambiental durante todas as etapas de execução, assegurando que o empreendimento seja entregue em condições adequadas de uso, desempenho e segurança, em consonância com os objetivos da contratação e com o interesse público envolvido.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Em atendimento aos critérios estabelecidos na Fundamentação Legal DFD-SEINFRA nº021/26:

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis):

4.1.1.1 Análise do ciclo de vida dos insumos utilizados, para determinar a vantajosidade econômica da intervenção.

4.1.1.2 Utilização de insumos com menor impacto ambiental negativo, utilização racional, minimizando a poluição e a pressão sobre os recursos naturais e a redução de resíduos.

4.2. Vistoria

4.2.1. Os licitantes poderão visitar o local onde será executada a obra, locais dos serviços e suas circunvizinhanças, até 02 (dois) dias corridos antes da data prevista para recebimentos das propostas objeto deste certame, a fim de atestar ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza da contratação, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias à elaboração da proposta e consequentemente ao fiel cumprimento do contrato.

4.2.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

4.2.3. Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

4.2.4. A visita ao local onde serão executadas as obras/serviços, deverá ser agendada com antecedência de 48 horas por telefone ou pessoalmente, as licitantes deverão estar acompanhadas por um técnico indicado pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas:

- Endereço: Rua Doutor Gerino de Souza Filho, nº3295, Estrada do Trabalhador – CEP 42.700-210- Lauro de Freitas/Ba.

- Coordenação de Infraestrutura: Eng. Leon Franco.

4.2.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.2.6. O Atestado de Visita Técnica ou a Declaração de Vistoria técnica (anexo II deste TR), deverá compor o envelope de Habilitação, sob pena de inabilitação, caso os mesmos não sejam apresentados.



4.2.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus das consequências.

4.3. Subcontratação

4.3.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- h) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação- anexo IV deste TR;
- i) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- j) será vedada a subcontratação total do objeto;
- k) em caso ocorra à subcontratação citado no subitem 8.4.1, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- l) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto a contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- m) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam como funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município;
- n) os documentos de habilitação da pretensa subcontratada, deverão ser submetidos à administração visando anuência.

4.4. Garantia:

4.4.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme regras previstas nesse.

4.4.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação.

4.4.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.4. As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.

4.5. Consórcio

4.5.1. Será permitida a participação de consórcios para contratação em pauta, desde que sejam atendidas as condicionantes previstas no art 15 da Lei 14.133/21.

4.5.2. Na presente contratação, cabe participação de empresas em consórcio, uma vez que o escopo versa de prestação de serviço da engenharia civil, com fornecimento de máquinas, ferramentas, mão de obra qualificada, insumos diversos, que demandam de logística para mobilização, transporte, guarda e consumo.



4.5.3. O escopo da presente contratação em pauta, contempla complexidade executiva, admite operacionalidade conjunta e/ou individualmente a diversas empresas de construção civil do mercado local.

4.5.4. Os consórcios são aglomerados característicos para determinadas atividades, como por exemplo execução de grandes obras de engenharia; atuação no mercado de capitais; acordos exploratórios de serviços de transporte; exploração de atividades minerais e correlatas; atividades de pesquisa ou absorção de tecnologia; e grandes licitações públicas.

4.6. Cooperativa:

4.6.1. Não será permitida, na presente licitação, a participação de arranjos cooperativistas, uma vez que o escopo em pauta rege prestação de serviços para engenharia civil.

4.6.2. O conceito de cooperativa versa como arranjo profissional de mão de obra visando um bem comum, com coparticipação de todos os associados. Neste sentido, o escopo em pauta, visa contratação de prestação de diversas frentes de serviços.

4.6.3. Não cabe contratação isolada das etapas executivas. A fragmentação do contrato acarretaria atrasos e descontinuidade ao objetivo do plano de ações da secretaria. Logo, torna-se inconsistente a contratação individual de insumos como mão de obra técnica qualificada.

4.6.4. No entanto, a empresa que assinar contrato com a Administração, poderá contratar cooperativas como mão de obra de apoio e também como subcontratada, desde que em atendimento ao subitem 4.6 deste TR.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as diretrizes técnicas, operacionais e normativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como nos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais peças que o integram, garantindo a adequada implantação do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Lauro de Freitas/BA.

O modelo de execução contratual está estruturado de modo a assegurar a organização lógica das etapas construtivas, a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro, bem como o controle eficiente por parte da Administração, permitindo o acompanhamento contínuo da evolução da obra e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Deverão ser observadas as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, além das condições locais de intervenção, garantindo a qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade do equipamento público a ser implantado, bem como a minimização de impactos à população do entorno.

5.1. Prazo para início da execução:

5.1.1. A execução dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato, devendo a contratada iniciar as atividades em prazo compatível com a mobilização de equipe, equipamentos e insumos necessários à plena execução do objeto.

5.2. Prazo mínimo para preparação do contratado:



5.2.1. O prazo para início da execução deverá considerar o tempo necessário para mobilização do canteiro de obras, instalação de estruturas provisórias, alocação de recursos humanos e materiais, bem como verificação das condições locais, de modo a assegurar o adequado planejamento e organização dos serviços.

5.3. Métodos e etapas de execução:

5.3.1. A execução deverá seguir metodologia construtiva compatível com a natureza da obra, observando sequência lógica e integrada das etapas, compreendendo, no mínimo: serviços preliminares e mobilização; terraplenagem e regularização do terreno; implantação do sistema de drenagem; execução da base e sub-base do campo; instalação da grama sintética; implantação de alambrado e estruturas de proteção; execução do sistema de iluminação esportiva; urbanização do entorno; e serviços finais de acabamento, limpeza e desmobilização.

5.4. Localidade e horário de execução:

5.4.1. Os serviços serão executados no Município de Lauro de Freitas/BA, no endereço: Rua Maria José Pereira, Jardim Cidade Nova, Lauro de Freitas- BA, CEP: 42700-000, com coordenadas geográficas aproximadas de Latitude: -12.892097 e Longitude: -38.347354, no sistema de referência WGS 84, devendo ocorrer em horários compatíveis com a legislação municipal e as condições operacionais da obra, podendo ser ajustados mediante autorização da fiscalização, visando minimizar impactos à comunidade local.

5.5. Rotinas, frequência e periodicidade dos serviços:

5.5.1. A execução deverá ocorrer de forma contínua, com frentes de serviço organizadas conforme o cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada evolução das etapas e o cumprimento dos prazos estabelecidos, observando-se a compatibilidade entre as atividades executadas.

5.6. Procedimentos, metodologias e tecnologias empregadas:

5.6.1. Deverão ser adotados procedimentos e metodologias compatíveis com as boas práticas de engenharia, garantindo a adequada execução das etapas construtivas e o desempenho do objeto ao longo de seu ciclo de vida, incluindo, entre outros, o controle tecnológico dos materiais, a execução adequada das camadas estruturais do campo, a correta implantação dos sistemas de drenagem e de iluminação, bem como o atendimento às normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis.

5.6.2. A contratada deverá implementar rotinas de controle de qualidade compatíveis com a natureza dos serviços executados, responsabilizando-se pela realização de ensaios tecnológicos, verificações de desempenho e demais procedimentos necessários à comprovação da conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.

5.6.3. Para fins de acompanhamento e fiscalização, deverão ser apresentados relatórios de controle tecnológico, sempre que aplicável, contemplando, no mínimo, resultados de ensaios, certificados de qualidade dos materiais, rastreabilidade dos insumos utilizados e registros das etapas executivas, os quais deverão estar compatíveis com as especificações técnicas previstas no projeto e neste Termo de Referência.

5.6.4. A apresentação desses relatórios constitui condição para validação dos serviços executados pela fiscalização, podendo ser exigida como requisito para fins de medição e pagamento, sem prejuízo da realização de verificações independentes pela Administração, quando julgar necessário.

5.7. Deveres e disciplina na execução:



5.7.1. A contratada deverá manter equipe técnica qualificada durante toda a execução, com responsável técnico devidamente habilitado, cumprir as normas de segurança do trabalho, garantir a adequada sinalização da obra, preservar a integridade de terceiros e responder pela qualidade e regularidade dos serviços executados.

5.8. Cronograma de execução:

5.8.1. A execução dos serviços deverá observar cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela Administração, contemplando todas as etapas relevantes da obra, com definição de prazos e interdependência entre atividades, servindo como base para o acompanhamento da execução e para a medição dos serviços.

5.9. Demais especificações necessárias:

5.9.1. A execução deverá atender integralmente aos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes deste Termo de Referência, sendo vedada a realização de serviços em desconformidade, cabendo à contratada a correção de eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 O prazo de garantia contratual dos serviços executados compreenderá duas naturezas distintas, observando-se a legislação aplicável.

6.2 Inicialmente, será assegurada garantia mínima de **03 (três) meses**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, destinada à verificação do pleno funcionamento das instalações e sistemas executados, incluindo testes operacionais de componentes elétricos, hidráulicos e demais elementos que demandem avaliação em condições reais de uso, período no qual a contratada deverá promover os ajustes e correções que se fizerem necessários ao adequado desempenho do empreendimento.

6.3 Adicionalmente, aplica-se à presente contratação a garantia legal prevista no ordenamento jurídico, especialmente quanto à solidez e segurança da obra, nos termos do art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021, bem como do art. 618 do Código Civil, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, contados do recebimento definitivo, durante o qual a contratada responderá por vícios, defeitos ou falhas que comprometam a estabilidade, a segurança e a durabilidade do objeto executado.

6.4 A previsão de garantia operacional inicial não afasta, em nenhuma hipótese, a responsabilidade técnica da contratada pela qualidade da obra executada, devendo esta assegurar o pleno atendimento às especificações técnicas, normas aplicáveis e condições de desempenho estabelecidas no contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

(art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



7.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3 Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – ANEXO V deste TR.

7.1.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.7. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.8. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, será realizada pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.

7.9. A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange as medições mensais, relatórios/notas & pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO LICITANTE

(art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Forma e critérios de seleção para a contratação:

8.1.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

8.1.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.1.2. A empresa declarada vencedora do processo licitatório, deverá ter atendido as condições estabelecidas nos critérios constantes na Fundamentação Legal- DFD-SEINFRA nº021/25.



8.2. Proposta Comercial:

8.2.1. A Proposta Comercial deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao escopo, não poderá conter condições ou alternativas ou quantitativos não previstas neste TR e seus anexos constitutivos. A Proposta Financeira deverá constar de todos os elementos técnicos necessários a formatação da proposta em todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha Estimativa de Quantidades e Preços (ANEXO I), que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela contratante.

8.2.2. O valor global e os valores unitários da proposta não poderão superar o orçamento estimado pela Administração Pública. (art. 59 da Lei 14.133/21).

8.2.3. Menor preço global classificado.

8.2.4. Declaração de aceite total as condições do Edital e seus anexos.

8.2.5. Apresentação de todos elementos técnicos que comporão o preço ofertado e a proposta comercial como um todo (planilhas de formações de preços).

8.3. Critérios de aceitabilidade de preços:

8.3.1. Ressalvado o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço global, o critério de aceitabilidade de preços será abaixo dos valores unitários estimados para a contratação.

8.3.2. No regime empreitada por preço global, cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração. (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

8.3.3. Sendo aceita a proposta classificada em primeiro lugar, após o julgamento da proposta por critério MENOR PREÇO GLOBAL, será verificado o atendimento das condições habilitarias pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas em Edital.

8.4. Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1. Habilitação jurídica:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de



Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.4.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- h) Caso a licitante seja considerada isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i) O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal
- j) A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.



8.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);
- d) A licitante deve comprovar através do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis que os índices ILG, ILC e ISG do último exercício social iguais ou superiores a 1,00, conforme segue:
- O Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
 - O Índice de Liquidez Corrente (ILC) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ILC = AC / PC$
 - O Índice de Solvência Geral (ISG) deverá ser igual ou superior a 1,00, calculados pela fórmula: $ISG = AT / (PC + ELP)$
 - Os elementos das fórmulas são os provenientes do balanço do último exercício financeiro, e discriminados conforme a seguir:
- ILG = Índice de Liquidez Geral
ILC = Índice de Liquidez Corrente
ISG = Índice de Solvência Geral
AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- h) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- i) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.



8.4 Qualificação Técnica (Lei nº 14.133, de 2021, art. 67).

- a) Registro ou inscrição da licitante e do responsável técnico na entidade profissional competente, quando for o caso; da região da sede da licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação, em plena validade e com indicação do objeto social compatível com o objeto da licitação.
- b) **Comprovação de capacidade técnico-operacional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.
- b1) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.
- b2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b3) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- b4) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- b5) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- c) **Comprovação de capacidade técnico-profissional:** apresentação de pelo menos 01 (um) atestado em nome do (s) profissional (is) indicado (s) para atuar como responsável (is) técnico (s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, devidamente emitido por entidade profissional competente, conforme disposto em quadro de relevância, anexo IV deste TR.
- c1) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- c2) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.
- c3) Indicação de que o licitante dispõe compromisso de ENGENHEIRO CIVIL, ou outra qualificação compatível, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- c4) Admite-se, para comprovação do compromisso profissional, uma das seguintes modalidades:
- d) Carteira de Trabalho/CTPS, no caso de funcionário do quadro permanente;
- e) Contrato Social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio;
- f) Contrato de Prestação de Serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes
- g) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora do certame.
- h) Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- i) Poderá ser apresentado o mesmo atestado para a licitante e para o Responsável Técnico, desde que venha indicado o nome de ambos no documento.
- j) Para fins da comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior constantes no anexo IV deste TR.
- k) Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.



- l) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Disposto no anexo II, deste TR.
- m) Os documentos deverão ser apresentados dentro do prazo de validade.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos serviços deverão observar rigorosamente os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, estando condicionados à efetiva execução do objeto, à conformidade dos serviços com as especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, bem como ao cumprimento das obrigações legais e administrativas por parte da contratada.

O processo de medição constitui instrumento fundamental para o acompanhamento da execução contratual, devendo ser realizado de forma sistemática, com base em critérios técnicos, registros formais e evidências documentais que assegurem a rastreabilidade dos serviços executados e a adequada verificação do atendimento às condições pactuadas.

O pagamento, por sua vez, estará vinculado à validação dos serviços pela fiscalização, ao cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, observando-se as disposições legais aplicáveis e os procedimentos de liquidação da despesa no âmbito da Administração Pública. Dessa forma, os critérios de medição e pagamento a seguir estabelecidos têm por finalidade garantir a adequada correspondência entre os serviços efetivamente executados e os valores pagos, assegurando a eficiência, a transparência e o controle na execução do contrato.

9.1. Os serviços executados serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, ao final de cada período de medição, juntamente com a apresentação do Boletim de Medição e da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada.

9.2. Administração Local

9.2.1. A Administração Local compreende os custos indiretos necessários à execução da obra, incluindo equipe técnica, supervisão, apoio administrativo, instalações provisórias e demais itens previstos na planilha orçamentária.

9.2.2. A medição e o pagamento da Administração Local serão realizados de forma proporcional ao avanço físico da obra, vedada sua remuneração fixa, antecipada ou desvinculada da execução do objeto. O percentual a ser pago em cada medição corresponderá ao percentual de execução física acumulada da obra, apurado com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. O cálculo observará a aplicação do percentual de avanço físico acumulado sobre o valor total previsto para Administração Local.

9.2.3. Em caso de atraso, paralisação ou execução inferior ao previsto, o pagamento será ajustado proporcionalmente à execução efetiva, não sendo devido pagamento por períodos sem evolução física. O pagamento da Administração Local está condicionado à aprovação da medição global da obra, sendo vedado pagamento isolado deste item.

9.3. Canteiro de Obra

9.3.1. O item “Canteiro de Obras” compreende os custos relativos à mobilização, instalação, manutenção e operação das estruturas provisórias necessárias à execução do empreendimento, incluindo barracões, instalações sanitárias, ligações provisórias, sinalização e demais estruturas de apoio previstas na planilha orçamentária.



9.3.2. A medição e o pagamento do Canteiro de Obras serão realizados de forma integralmente proporcional ao avanço físico da obra, vedado o pagamento antecipado ou dissociado da execução dos serviços, de modo a assegurar a correspondência entre o desembolso financeiro e a efetiva utilização das estruturas ao longo da execução contratual.

9.3.3. A medição será realizada mensalmente com base no avanço físico acumulado da obra, apurado a partir do cronograma físico-financeiro aprovado, conforme a seguinte fórmula: $\text{Medição do período (\%)} = (\text{avanço físico acumulado no período} - \text{avanço físico acumulado anterior})$, aplicada sobre o valor total do item.

9.3.4. O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva instalação, manutenção e funcionamento do canteiro, mediante registro fotográfico e atesto da fiscalização, bem como à compatibilidade entre o avanço físico executado e o previsto no cronograma aprovado.

9.3.5. Não será admitida medição em períodos de paralisação injustificada ou execução incompatível com o planejamento, devendo, em caso de atraso imputável à contratada, a medição refletir estritamente o avanço físico efetivamente realizado.

9.3.6. Tal sistemática assegura a vinculação do pagamento ao desempenho contratual, em observância aos princípios da eficiência, proporcionalidade e razoabilidade, evitando desembolsos antecipados sem a correspondente contraprestação.

9.4. As built.

9.4.1. Os documentos “as built” compreendem o conjunto de projetos, desenhos, memoriais e demais elementos técnicos atualizados, que refletem fielmente as condições reais da obra executada, contemplando todas as alterações, ajustes e adequações ocorridas durante a execução dos serviços, devendo estar compatíveis com os serviços efetivamente medidos e aprovados pela fiscalização.

9.4.2. A liberação da parcela residual dos valores referentes à Administração Local ficará condicionada à entrega dos projetos “as built” da obra, devidamente atualizados, compatíveis com os serviços executados e aprovados pela fiscalização.

9.4.3. Para fins contratuais, fica estabelecida a retenção de 10% (dez por cento) do valor da Administração Local, a ser liberada exclusivamente após a entrega definitiva e aprovação da documentação técnica final (“as built”), a qual deverá refletir fielmente as condições reais da obra executada. Tal retenção fundamenta-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando a relevância desses documentos para o recebimento definitivo do objeto, não comprometendo o fluxo financeiro da execução contratual e mostrando-se suficiente para garantir o cumprimento dessa obrigação. A apresentação e aprovação dos documentos “as built” constituem requisito indispensável para o recebimento definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo essenciais à verificação da conformidade da execução, à adequada fiscalização contratual e à futura operação e manutenção do empreendimento.

9.5. Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada, bem como quando não atenderem às normas técnicas aplicáveis, às boas práticas de engenharia ou aos critérios de qualidade e desempenho exigidos, devendo ser observadas, no que couber, as diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**.

A rejeição poderá ocorrer, dentre outras hipóteses, nos casos de execução inadequada dos serviços, falhas nos métodos construtivos adotados, utilização de materiais em desconformidade com as especificações técnicas ou ausência de comprovação de controle tecnológico dos serviços executados, conforme apurado pela fiscalização e devidamente



registrado em relatório circunstanciado.

Nessas hipóteses, a contratada deverá promover, às suas expensas, o refazimento, correção ou adequação dos serviços apontados pela fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação formal, podendo esse prazo ser ajustado pela fiscalização, de forma devidamente justificada, em razão da natureza e complexidade do serviço a ser corrigido, restabelecendo integralmente as condições de qualidade e conformidade exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

9.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade dos serviços executados quanto à qualidade, quantidade e atendimento às especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, mediante emissão de termo circunstanciado.

9.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, mediante justificativa técnica formal, quando houver necessidade de realização de diligências, inspeções complementares, verificação de desempenho, análise de documentação técnica ou quaisquer outras providências necessárias à adequada aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração promover a apuração dos fatos e a devida formalização das divergências. Nessas hipóteses, a contratada será formalmente comunicada para emissão de Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente referente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento, sem prejuízo da análise e solução das pendências relativas à parcela controvertida.

9.9. O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução dos serviços ou para o saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.

9.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

9.11. Recebida a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa formal da Administração.

9.11.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contempla os elementos necessários e essenciais à comprovação da execução dos serviços, devendo estar devidamente compatível com a medição realizada, atestada pela fiscalização e acompanhada dos registros formais e evidências documentais pertinentes, em observância às diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;



- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar, compatível com a medição realizada;
- a referência ao Boletim de Medição correspondente;
- a identificação da etapa ou dos serviços executados; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive inconsistências entre os valores faturados e a medição realizada, ausência de documentação comprobatória ou inconformidades na execução dos serviços, a liquidação ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

9.19. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa e do atesto da execução dos serviços pela fiscalização.

9.20. No caso de atraso de pagamento por parte da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)**.

9.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



9.23.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| Indicação da Dotação Orçamentária | | |
|-----------------------------------|------------------|--|
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | NOMENCLATURA |
| ÓRGÃO | 19 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| UNIDADE | 1901 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| PROJETO / ATIVIDADE | 1 | Investimento |
| DOTAÇÃO | 15.451.0018.1102 | Construção de Equipamentos Esportivos |
| FUNÇÃO | 27 | Desporto e Lazer |
| SUBFUNÇÃO | 812 | Desporto Comunitário |
| SUBELEMENTO / NATUREZA DA DESPESA | 44905100 | Obras e Instalações |
| FONTES DE RECURSOS | 15000000 | <ul style="list-style-type: none">Meta 01 (convênio) = R\$ 1.462.500,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)- 17000000: Outras transferências de convênios ou Instrumentos Congêneres da UniãoMeta 02 (recursos próprios) = R\$ 552.278,27 (quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos) - 15000000: Recursos não vinculados de impostos |
| PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: | 06 (seis) meses. | |

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Assumir a responsabilidade e o ônus com todas as operações de carga, transporte e descarga dos insumos, deslocamentos da mão de obra especializada, bem como quanto aos equipamentos/instrumentos e demais, como combustíveis e manutenção;

11.2. Manter à frente dos serviços um representante qualificado com autoridade para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE para resolver problemas referentes ao contrato;

11.3. Substituir, no prazo máximo de 24 horas, qualquer material que não estejam adequados às especificações.



- 11.4.** Permitir e facilitar o acesso da CONTRATANTE para inspecionar as jazidas em qualquer dia ou hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- 11.5.** Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- 11.6.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços.
- 11.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.8.** Prestação de serviço que será desenvolvido de forma regular, planejado e programado, para realizar os serviços descritos, diante de acordo com o estabelecido no Cronograma de Serviços, aprovado pelo CONTRATANTE, nos termos do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1.** Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- 12.2.** Rejeitar no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.
- 12.3.** Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos materiais.
- 12.4.** Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do fornecimento dos materiais.
- 12.5.** Dar instruções específicas no que diz respeito às atividades da CONTRATANTE, onde haja envolvimento de empregados da CONTRATADA.
- 12.6.** Elaborar e emitir as Autorizações de Fornecimento de Materiais.
- 12.7.** Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.
- 12.8.** Comunicar todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do contrato e exigir as devidas providências que demandem da CONTRATADA.

13. DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXOS)

- 13.1.** São ainda, documentos integrantes deste TR:

ANEXO I: Modelo da Proposta Comercial.

ANEXO II: Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços.

a) Modelo Declaração Vistoria Técnica ao Local das Obras/Serviços;

ANEXO III: Caderno de Orçamento.

a) Planilha Estimativa de Quantidades e Preços;

b) Cronograma Físico-Financeiro;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- c) Memorial Descritivo & Especificações Técnicas;
- d) Relatório Fotográfico
- e) Memórias de Cálculos dos Quantitativos
- f) Composição de Preços & Cotação de Preços
- g) Composição do BDI adotado;
- h) Composição dos Encargos Sociais adotados;
- i) Registro de Responsabilidade – ART;
- j) Projetos Básicos.
- k) Lista de Serviços de Maior Relevância + Curva ABC.

ANEXO IV: Declaração do Gestor & Fiscalização/Portarias.

Lauro de Freitas/BA, 10 de abril de 2026

Eng° Leon Pereira Brito Franco
Matrícula 121076-1

Joselene Cardim Barbosa Souza
Secretária Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



**ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO**

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA DESTINADAS À CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO PLANO DE TRABALHO, PROJETOS DE ENGENHARIA E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, VINCULADOS AO TERMO DE COMPROMISSO Nº 986877/2025/MESP/CAIXA (NOVO PAC), devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 05470/2026, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição e o pagamento dos serviços deverão observar rigorosamente os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, estando condicionados à efetiva execução do objeto, à conformidade dos serviços com as especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, bem como ao cumprimento das obrigações legais e administrativas por parte da contratada.



O processo de medição constitui instrumento fundamental para o acompanhamento da execução contratual, devendo ser realizado de forma sistemática, com base em critérios técnicos, registros formais e evidências documentais que assegurem a rastreabilidade dos serviços executados e a adequada verificação do atendimento às condições pactuadas.

O pagamento, por sua vez, estará vinculado à validação dos serviços pela fiscalização, ao cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, observando-se as disposições legais aplicáveis e os procedimentos de liquidação da despesa no âmbito da Administração Pública.

Dessa forma, os critérios de medição e pagamento a seguir estabelecidos têm por finalidade garantir a adequada correspondência entre os serviços efetivamente executados e os valores pagos, assegurando a eficiência, a transparência e o controle na execução do contrato.

4.1 Os serviços executados serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, ao final de cada período de medição, juntamente com a apresentação do Boletim de Medição e da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada.

4.2 Administração Local

4.2.1 A Administração Local compreende os custos indiretos necessários à execução da obra, incluindo equipe técnica, supervisão, apoio administrativo, instalações provisórias e demais itens previstos na planilha orçamentária.

4.2.2 A medição e o pagamento da Administração Local serão realizados de forma proporcional ao avanço físico da obra, vedada sua remuneração fixa, antecipada ou desvinculada da execução do objeto. O percentual a ser pago em cada medição corresponderá ao percentual de execução física acumulada da obra, apurado com base nos serviços efetivamente executados e aprovados pela fiscalização. O cálculo observará a aplicação do percentual de avanço físico acumulado sobre o valor total previsto para Administração Local.

4.2.3 Em caso de atraso, paralisação ou execução inferior ao previsto, o pagamento será ajustado proporcionalmente à execução efetiva, não sendo devido pagamento por períodos sem evolução física. O pagamento da Administração Local está condicionado à aprovação da medição global da obra, sendo vedado pagamento isolado deste item.

4.3 Canteiro de Obra

4.3.1 O item “Canteiro de Obras” compreende os custos relativos à mobilização, instalação, manutenção e operação das estruturas provisórias necessárias à execução do empreendimento, incluindo barracões, instalações sanitárias, ligações provisórias, sinalização e demais estruturas de apoio previstas na planilha orçamentária.

4.3.2 A medição e o pagamento do Canteiro de Obras serão realizados de forma integralmente proporcional ao avanço físico da obra, vedado o pagamento antecipado ou dissociado da execução dos serviços, de modo a assegurar a correspondência entre o desembolso financeiro e a efetiva utilização das estruturas ao longo da execução contratual.

4.3.3 A medição será realizada mensalmente com base no avanço físico acumulado da obra, apurado a partir do cronograma físico-financeiro aprovado, conforme a seguinte fórmula: $\text{Medição do período (\%)} = (\text{avanço físico acumulado no período} - \text{avanço físico acumulado anterior})$, aplicada sobre o valor total do item.

4.3.4 O pagamento ficará condicionado à comprovação da efetiva instalação, manutenção e funcionamento do canteiro, mediante registro fotográfico e atesto da fiscalização, bem como à compatibilidade entre o avanço físico executado e o previsto no cronograma aprovado.



4.3.5 Não será admitida medição em períodos de paralisação injustificada ou execução incompatível com o planejamento, devendo, em caso de atraso imputável à contratada, a medição refletir estritamente o avanço físico efetivamente realizado.

4.3.6 Tal sistemática assegura a vinculação do pagamento ao desempenho contratual, em observância aos princípios da eficiência, proporcionalidade e razoabilidade, evitando desembolsos antecipados sem a correspondente contraprestação.

4.4 As built.

4.4.1 Os documentos “as built” compreendem o conjunto de projetos, desenhos, memoriais e demais elementos técnicos atualizados, que refletem fielmente as condições reais da obra executada, contemplando todas as alterações, ajustes e adequações ocorridas durante a execução dos serviços, devendo estar compatíveis com os serviços efetivamente medidos e aprovados pela fiscalização.

4.4.2 A liberação da parcela residual dos valores referentes à Administração Local ficará condicionada à entrega dos projetos “as built” da obra, devidamente atualizados, compatíveis com os serviços executados e aprovados pela fiscalização.

4.4.3 Para fins contratuais, fica estabelecida a retenção de 10% (dez por cento) do valor da Administração Local, a ser liberada exclusivamente após a entrega definitiva e aprovação da documentação técnica final (“as built”), a qual deverá refletir fielmente as condições reais da obra executada. Tal retenção fundamenta-se nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando a relevância desses documentos para o recebimento definitivo do objeto, não comprometendo o fluxo financeiro da execução contratual e mostrando-se suficiente para garantir o cumprimento dessa obrigação. A apresentação e aprovação dos documentos “as built” constituem requisito indispensável para o recebimento definitivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo essenciais à verificação da conformidade da execução, à adequada fiscalização contratual e à futura operação e manutenção do empreendimento.

4.5 Os serviços executados poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, nos projetos e na proposta apresentada, bem como quando não atenderem às normas técnicas aplicáveis, às boas práticas de engenharia ou aos critérios de qualidade e desempenho exigidos, devendo ser observadas, no que couber, as diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**.

A rejeição poderá ocorrer, dentre outras hipóteses, nos casos de execução inadequada dos serviços, falhas nos métodos construtivos adotados, utilização de materiais em desconformidade com as especificações técnicas ou ausência de comprovação de controle tecnológico dos serviços executados, conforme apurado pela fiscalização e devidamente registrado em relatório circunstanciado.

Nessas hipóteses, a contratada deverá promover, às suas expensas, o refazimento, correção ou adequação dos serviços apontados pela fiscalização, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da notificação formal, podendo esse prazo ser ajustado pela fiscalização, de forma devidamente justificada, em razão da natureza e complexidade do serviço a ser corrigido, restabelecendo integralmente as condições de qualidade e conformidade exigidas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

4.6 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da conformidade dos serviços executados quanto à qualidade, quantidade e atendimento às especificações técnicas, projetos e demais documentos contratuais, mediante emissão de termo circunstanciado.



4.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, mediante justificativa técnica formal, quando houver necessidade de realização de diligências, inspeções complementares, verificação de desempenho, análise de documentação técnica ou quaisquer outras providências necessárias à adequada aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos serviços executados, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração promover a apuração dos fatos e a devida formalização das divergências. Nessas hipóteses, a contratada será formalmente comunicada para emissão de Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente referente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento, sem prejuízo da análise e solução das pendências relativas à parcela controvertida.

4.9 O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução dos serviços ou para o saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de contagem do prazo de recebimento definitivo.

4.10 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança e qualidade dos serviços executados, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

4.11 Recebida a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa formal da Administração.

4.11.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado contempla os elementos necessários e essenciais à comprovação da execução dos serviços, devendo estar devidamente compatível com a medição realizada, atestada pela fiscalização e acompanhada dos registros formais e evidências documentais pertinentes, em observância às diretrizes de gestão e fiscalização contratual estabelecidas na **Instrução Normativa CGM nº 01/2026**, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar, compatível com a medição realizada;
- a referência ao Boletim de Medição correspondente;
- a identificação da etapa ou dos serviços executados; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.13 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, inclusive inconsistências entre os valores faturados e a medição realizada, ausência de documentação comprobatória ou inconformidades na execução dos serviços, a liquidação ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para a Administração.



4.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

4.19 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa e do atesto da execução dos serviços pela fiscalização.

4.20 No caso de atraso de pagamento por parte da Administração, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC – Índice Nacional de Custo da Construção, apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV)**.

4.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.23.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO



Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Concorrência Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3 Gestor de Contrato e Fiscal + Portarias – ANEXO V deste TR.

- a) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

8.5 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em exercício a cada medição. Será consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.9 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da prestação de serviço, será realizada pelo contratante, por técnicos designados em portarias vigentes, a quem compete verificar se contratada está executando as etapas, em concordância com o Cronograma Físico-Financeiro, e demais instrumentos que integram o Contrato.



8.10 A Fiscalização deverá supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, inclusive no que tange as medições mensais, relatórios/notas & pareceres técnicos e boletins de pagamentos do contrato, atentando-se a sua eficiência e eficácia.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

9.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| Indicação da Dotação Orçamentária | | |
|-----------------------------------|------------------|--|
| DESCRIÇÃO | CÓDIGO | NOMENCLATURA |
| ÓRGÃO | 19 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| UNIDADE | 1901 | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos |
| PROJETO / ATIVIDADE | 1 | Investimento |
| DOTAÇÃO | 15.451.0018.1102 | Construção de Equipamentos Esportivos |
| FUNÇÃO | 27 | Desporto e Lazer |
| SUBFUNÇÃO | 812 | Desporto Comunitário |
| SUBELEMENTO / NATUREZA DA DESPESA | 44905100 | Obras e Instalações |
| FONTES DE RECURSOS | 15000000 | <ul style="list-style-type: none">Meta 01 (convênio) = R\$ 1.462.500,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)- 17000000: Outras transferências de convênios ou Instrumentos Congêneres da UniãoMeta 02 (recursos próprios) = R\$ 552.278,27 (quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos) - 15000000: Recursos não vinculados de impostos |
| PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: | 06 (seis) meses. | |

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

10.1. O prazo de execução dos serviços será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

10.2 O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, compreendendo, além do período de execução, o acréscimo de 02 (dois) meses destinado às etapas administrativas e técnicas necessárias à adequada conclusão do objeto, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Assumir a responsabilidade e o ônus com todas as operações de carga, transporte e descarga dos insumos, deslocamentos da mão de obra especializada, bem como quanto aos equipamentos/instrumentos e demais, como combustíveis e manutenção;
- b) Manter à frente dos serviços um representante qualificado com autoridade para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE para resolver problemas referentes ao contrato;
- c) Substituir, no prazo máximo de 24 horas, qualquer material que não estejam adequados às especificações.
- d) Permitir e facilitar o acesso da CONTRATANTE para inspecionar as jazidas em qualquer dia ou hora, devendo prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados;
- e) Cumprir fielmente o presente contrato, inclusive os prazos de execução dos serviços nos termos acordados, executando-os sobre sua inteira responsabilidade;
- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na prestação dos serviços.
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- h) Prestação de serviço que será desenvolvido de forma regular, planejado e programado, para realizar os serviços descritos, diante de acordo com o estabelecido no Cronograma de Serviços, aprovado pelo CONTRATANTE, nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Proporcionar todas as facilidades para que o prestador de serviços possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.
- b) Rejeitar no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO.
- c) Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos materiais.
- d) Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos acordados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do fornecimento dos materiais.
- e) Dar instruções específicas no que diz respeito às atividades da CONTRATANTE, onde haja envolvimento de empregados da CONTRATADA.
- f) Elaborar e emitir as Autorizações de Fornecimento de Materiais.
- g) Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato.
- h) Comunicar todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do contrato e exigir as devidas providências que demandem da CONTRATADA.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

A execução do objeto deverá observar rigorosamente as diretrizes técnicas, operacionais e normativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como nos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais peças que o integram, garantindo a adequada implantação do Espaço Esportivo Comunitário no Município de Lauro de Freitas/BA.

O modelo de execução contratual está estruturado de modo a assegurar a organização lógica das etapas construtivas, a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro, bem como o controle eficiente por parte da Administração, permitindo o acompanhamento contínuo da evolução da obra e a verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

Deverão ser observadas as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT, além das condições locais de intervenção, garantindo a qualidade, segurança, durabilidade e funcionalidade do equipamento público a ser implantado, bem como a minimização de impactos à população do entorno.

13.1 Prazo para início da execução:

13.1.1 A execução dos serviços terá início a partir da emissão da Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato, devendo a contratada iniciar as atividades em prazo compatível com a mobilização de equipe, equipamentos e insumos necessários à plena execução do objeto.

13.2 Prazo mínimo para preparação do contratado:

13.2.1 O prazo para início da execução deverá considerar o tempo necessário para mobilização do canteiro de obras, instalação de estruturas provisórias, alocação de recursos humanos e materiais, bem como verificação das condições locais, de modo a assegurar o adequado planejamento e organização dos serviços.

13.3 Métodos e etapas de execução:

13.3.2 A execução deverá seguir metodologia construtiva compatível com a natureza da obra, observando sequência lógica e integrada das etapas, compreendendo, no mínimo: serviços preliminares e mobilização; terraplenagem e regularização do terreno; implantação do sistema de drenagem; execução da base e sub-base do campo; instalação da grama sintética; implantação de alambrado e estruturas de proteção; execução do sistema de iluminação esportiva; urbanização do entorno; e serviços finais de acabamento, limpeza e desmobilização.

13.4 Localidade e horário de execução:

13.4.1 Os serviços serão executados no Município de Lauro de Freitas/BA, no endereço: Rua Maria José Pereira, Jardim Cidade Nova, Lauro de Freitas- BA, CEP: 42700-000, com coordenadas geográficas aproximadas de Latitude: -12.892097 e Longitude: -38.347354, no sistema de referência WGS 84, devendo ocorrer em horários compatíveis com a legislação municipal e as condições operacionais da obra, podendo ser ajustados mediante autorização da fiscalização, visando minimizar impactos à comunidade local.

13.5 Rotinas, frequência e periodicidade dos serviços:

13.5.1 A execução deverá ocorrer de forma contínua, com frentes de serviço organizadas conforme o cronograma físico-financeiro, garantindo a adequada evolução das etapas e o cumprimento dos prazos estabelecidos, observando-se a compatibilidade entre as atividades executadas.



13.6 Procedimentos, metodologias e tecnologias empregadas:

13.6.1 Deverão ser adotados procedimentos e metodologias compatíveis com as boas práticas de engenharia, garantindo a adequada execução das etapas construtivas e o desempenho do objeto ao longo de seu ciclo de vida, incluindo, entre outros, o controle tecnológico dos materiais, a execução adequada das camadas estruturais do campo, a correta implantação dos sistemas de drenagem e de iluminação, bem como o atendimento às normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis.

13.6.2 A contratada deverá implementar rotinas de controle de qualidade compatíveis com a natureza dos serviços executados, responsabilizando-se pela realização de ensaios tecnológicos, verificações de desempenho e demais procedimentos necessários à comprovação da conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.

13.6.3 Para fins de acompanhamento e fiscalização, deverão ser apresentados relatórios de controle tecnológico, sempre que aplicável, contemplando, no mínimo, resultados de ensaios, certificados de qualidade dos materiais, rastreabilidade dos insumos utilizados e registros das etapas executivas, os quais deverão estar compatíveis com as especificações técnicas previstas no projeto e neste Termo de Referência.

13.6.4 A apresentação desses relatórios constitui condição para validação dos serviços executados pela fiscalização, podendo ser exigida como requisito para fins de medição e pagamento, sem prejuízo da realização de verificações independentes pela Administração, quando julgar necessário.

13.7 Deveres e disciplina na execução:

13.7.1 A contratada deverá manter equipe técnica qualificada durante toda a execução, com responsável técnico devidamente habilitado, cumprir as normas de segurança do trabalho, garantir a adequada sinalização da obra, preservar a integridade de terceiros e responder pela qualidade e regularidade dos serviços executados.

13.8 Cronograma de execução:

13.8.1 A execução dos serviços deverá observar cronograma físico-financeiro previamente aprovado pela Administração, contemplando todas as etapas relevantes da obra, com definição de prazos e interdependência entre atividades, servindo como base para o acompanhamento da execução e para a medição dos serviços.

13.9 Demais especificações necessárias:

13.9.1 A execução deverá atender integralmente aos projetos, memoriais descritivos, planilha orçamentária e demais documentos técnicos integrantes deste Termo de Referência, sendo vedada a realização de serviços em desconformidade, cabendo à contratada a correção de eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

16.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

16.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- o) desde que os serviços a serem subcontratados não estejam contemplados e inclusos nas parcelas de relevância pertencentes ao objeto desta licitação- anexo IV deste TR;
- p) a subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- q) será vedada a subcontratação total do objeto;
- r) em caso ocorra à subcontratação citado no subitem 8.4.1, deverá ser observado o privilégio estabelecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- s) as empresas subcontratadas também devem comprovar, junto a contratante, antes do início dos trabalhos que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária e trabalhista, e ainda detentoras de atestados de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, referentes aos serviços que serão subcontratados;
- t) comprovar que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam como funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no município;
- u) os documentos de habilitação da pretensa subcontratada, deverão ser submetidos à administração visando anuência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA SEGUNDA– PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)